

# Começa a longa batalha pelas reformas

Ribamar Oliveira

De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminha hoje ao Congresso as propostas de reforma tributária e da Previdência Social. Será o início de uma longa batalha política. A base governista ensaiava forte resistência às mudanças previdenciárias, sobretudo com relação à criação da contribuição dos servidores inativos. Já os partidos de oposição mostravam resistência às mudanças no sistema tributário, consideradas excessivamente tímidas.

O debate não é novo nem são novas as resistências às mudanças tributárias e previdenciárias. Tanto a reforma da Previdência dirigida ao funcionalismo público e com a criação da contribuição dos inativos, quanto a discussão do ICMS, suas múltiplas e intrincadas legislações e alí-

quotas, são questões que o governo passou tentou abarcar, em vão.

O que há de diferente é que, desta vez, o governo está determinado a fazê-las e acredita que as reformas são a maneira mais correta e se chegar a um ajuste fiscal estrutural e duradouro das contas do setor público. E, com isto, abrir espaço para a retomada do crescimento econômico.

Embora a contribuição dos inativos seja a parte mais polêmica da proposta de reforma da Previdência, a base de sustentação de Lula no Congresso também resiste ao aumento da idade mínima para o servidor requerer aposentadoria. E há forte oposição à criação de fundos de pensão para os novos funcionários.

Mesmo assim, o deputado Paulo Bernardo (PR), da Ala moderada do PT, está otimista e acha que a essência da pro-

posta terminará aprovada. "Não haverá conflito mortal", garante. O presidente do PT, José Genoíno, adota um discurso mais duro. "Lula bancou o acordo com os governadores. Agora, o PT vai bancar o Lula". A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e ao deputado Lindberg Farias (PT-RJ), que ameaçaram ingressar com ação na Justiça contra a campanha publicitária do governo em defesa das reformas, correm risco de serem expulsos do PT.

No caso da reforma tributária, os problemas também são facilmente identificáveis. Os governadores nordestinos querem mudar o princípio de tributação do ICMS, para que a apropriação do tributo seja feita no destino da mercadoria. Eles argumentam que o governo quer acabar com a "guerra fiscal", o que beneficiaria São Paulo, mas não explicitou a forma de compensar os Estados mais pobres.